



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0009887-85.2021.6.05.8000  
**INTERESSADO** : @interessados\_quebra\_linha\_maiusculas@  
**ASSUNTO** : Autoriza publicação de edital com novo número

**Decisão nº 1653521 / 2021 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de consulta formulada pelo NUP sobre as providências necessárias para prosseguimento da licitação, em razão dos fatos noticiados em documento n.º 1651212.

A SELIC se manifestou em documento n.º 1651212, apresentando as seguintes possibilidades:

9.1 . Em consulta ao sistema (doc. 1651698), foi informado que o único evento possível na fase atual, seria revogar o certame para poder aproveitar o mesmo número do edital em uma nova publicação.

9.2. O Evento de Revogação é aplicado para os casos em que a licitação for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificá-la, podendo ser aplicado em qualquer etapa do certame.

**9.3. Caso não estejam presentes os requisitos autorizadores da revogação para posterior publicação do edital, o certame poderia ser republicado, porém com outro número de edital.(grifo nosso)**

9.4. A continuidade do aludido certame seria também uma opção, porém não nos parece razoável, salvo melhor juízo, uma vez que: a) houve o aviso de que o pregão não seria operado, o que pode ter induzido alguma licitante a não participar da disputa; b) a impugnante pode não ter cadastrado proposta ou enviado lance, aguardando a resposta à impugnação; c) o pregoeiro não fez análise preliminar das propostas nem acompanhou a sala de disputa.

Instada, a ASJUR se pronunciou em parecer n.º 215, documento n.º 1652995, acolhendo proposta da SELIC de publicação de edital com outro número.

De fato, a publicação do edital com nova numeração é a opção que mais se adequa à situação em análise, considerando que não se trata de hipótese que enseje a revogação do procedimento.

Deste modo, lastreado no parecer da ASJUR em documento n.º 1652995, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com amparo nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, **AUTORIZO** a publicação do edital com nova numeração, para o presente procedimento licitatório.

Encaminhe-se ao NUP e à SGA, para providências, salientando que o pregoeiro deverá dar publicidade, em campo próprio do sistema comprasnet, à presente decisão e parecer jurídico que a integra.

**RAIMUNDO VIEIRA**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 18/06/2021, às 14:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1653521** e o código CRC **A993A02A**.

0009887-85.2021.6.05.8000

1653521v3